



miguilim

revista eletrônica do netlli

volume 7, número 3, set.-dez. 2018

A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E SUA ABORDAGEM NO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA¹



THE LINGUISTIC VARIATION AND ITS APPROACH IN THE PORTUGUESE LANGUAGE TEACHING BOOK

Yuri da Silva KUROSAWA
Thiago Soares de OLIVEIRA

Instituto Federal Fluminense, Brasil

[RESUMO](#) | [INDEXAÇÃO](#) | [TEXTO](#) | [REFERÊNCIAS](#) | [CITAR ESTE ARTIGO](#) | [O AUTOR](#)
RECEBIDO EM 18/08/2018 • APROVADO EM 27/01/2019

Resumo

Considerando a realidade linguística do nosso país e a importância do estudo da variação linguística para o ensino-aprendizagem, esta pesquisa tem como objetivo compreender como a variação linguística é abordada no livro didático de Língua Portuguesa, especificamente do 6º ano. Para a realização deste estudo bibliográfico e documental, selecionamos como fonte de análise um volume da obra *Português Linguagens*, 8ª edição reformulada e publicada em 2014, de autoria de William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães, destinados ao Ensino Fundamental. Para tanto, buscou-se construir um referencial teórico capaz de dar conta de configurar a língua em sua natureza heterogênea, bem como relacionada a aspectos socioculturais, motivo pelo qual se fundamenta este trabalho nas obras de Bagno (1999, 2007), Travaglia (2009), Antunes (2007, 2009), além dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL,

1998), entre outros. Pudemos verificar, por meio das análises, que o livro didático aqui avaliado aborda a variação linguística, porém o assunto é tratado de forma superficial. Além disso, percebe-se que o conteúdo envolvendo a variação linguística são análises estritamente gramaticais, o que não contribui significativamente para o domínio da língua e não amplia a capacidade do aluno para compreender e expressar em diferentes situações de comunicação.

Abstract

Considering the linguistic reality of our country and the importance of the study of linguistic variation for teaching-learning, this research aims to understand how linguistic variation is approached in the textbook of Portuguese Language, specifically the 6th grade. For the accomplishment of this bibliographical and documentary study, we selected as a source of analysis a volume of the Portuguese Portuguese work, 8^a edition reformulated and published in 2014, by William Roberto Cereja and Thereza Cochar Magalhães, destined for Elementary School. In order to do so, we sought to construct a theoretical framework capable of explaining the configuration of the language in its heterogeneous nature, as well as related to sociocultural aspects, which is why this work is based on the works of Bagno (1999, 2007), Travaglia (2009), Antunes (2007, 2009), besides the National Curricular Parameters (BRASIL, 1998), among others. We could verify, through the analysis, that the textbook here evaluated deals with linguistic variation, but the subject is treated superficially. In addition, it is perceived that the content involving linguistic variation are strictly grammatical analyzes, which does not contribute significantly to the language domain and does not extend the student's ability to understand and express in different communication situations.

Entradas para indexação

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de Língua Portuguesa. Variação linguística. Livro didático.
KEYWORDS: Teaching of Portuguese Language. Linguistic variation. Textbook.

Texto integral

1 Considerações iniciais

No dia a dia, é possível perceber que existem diversas possibilidades de manejo da língua, sendo esses usos decorrentes das diferenças que cercam qualquer falante: lugar onde mora, faixa etária, nível de escolaridade, nível social, etc. Há, contudo, um uso idealizado, que supostamente corresponderia ao modo de falar e escrever das pessoas de maior prestígio: a norma-padrão. O conjunto de regras que sustenta esse tipo de uso da língua está inserido na chamada gramática normativa, e a escola tem sido responsável por ensiná-las.

Dessa forma, o ensino de Língua Portuguesa sempre foi concretizado a partir dessas regras, considerando como “erros” as variedades que se diferenciam da norma-padrão. O ensino da gramática normativa, nas aulas de Português, tem sido limitado ao ensino de categorias gramaticais e suas funções sintáticas com

prescrições de regras da variedade padrão, normalmente descontextualizadas do uso real. Além disso, tal ensino aprecia apenas uma variedade da língua como válida, ignorando todas as demais variedades linguísticas (TRAVAGLIA, 2009). Portanto, a existência de uma grande diversidade linguística do nosso país não tem sido reconhecida no contexto escolar.

Partindo disso, esta pesquisa que se fundamenta nos constructos teóricos da Sociolinguística Variacionista, mas especificamente da Macrossociolinguística², buscando responder à seguinte questão-problema: Como o livro didático (doravante LD) do 6º ano *Português Linguagens*, 8ª edição reformulada e publicada em 2014, de autoria de William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães, destinados ao Ensino Fundamental, trata a variação linguística? Como hipótese, pressupõe-se que o assunto da variação linguística seja abordado no livro didático de forma superficial e sucinta, não dando conta dos inúmeros aspectos que circundam a questão variacional da Língua Portuguesa. Assim sendo, esta pesquisa tem como objetivo geral compreender como a variação linguística é abordada no livro didático de Língua Portuguesa, especificamente do 6º ano. E como objetivo específico verificar se o LD aborda o preconceito linguístico e como isso ocorre.

Metodologicamente, a primeira parte deste artigo pretende-se bibliográfica, já que "o campo onde será feita a coleta de dados é a própria bibliografia sobre o tema ou objeto que se pretende investigar" (TOZONI-REIS, 2010, p. 42), como, aliás, é típico das diversas modalidades de pesquisa. A segunda seção, por sua vez, pretende-se documental, na medida em que a fonte de dados é um documento didático, a partir do qual se produz conhecimento ou se procede a uma análise. Neste caso, trata-se da "análise que o pesquisador faz de documentos que tenham certo significado para a organização da educação e do ensino", conforme explana Tozoni-Reis (2010, p. 48).

Vale ressaltar, por fim, que não há pretensão de esgotar o assunto, já que há várias possibilidades a partir das quais se pode abordar a questão variacional em livros didáticos. Na verdade, pretende-se contribuir para a necessidade de se discutir acerca do assunto a fim de que haja um redirecionamento às práticas pedagógicas culturalmente sensíveis aos saberes dos alunos, para que a língua seja vista de fato, como um sistema em constante transformação, enquanto fato social vinculado à realidade em que está inserida e a serviço das muitas necessidades comunicativas de seus falantes, conscientizando-os de que nenhuma variação é melhor ou pior que a outra, mas sim diferente.

2 Algumas questões sobre variação linguística e ensino

Linguagem e sociedade são indissociáveis, ou seja, só há línguas porque há sujeitos que as falam e, considerando que é por meio da linguagem que a integração social se efetiva, surge a necessidade de se refletir sobre esse fenômeno linguístico variacional. Para Antunes (2009, p. 22), "restringir-se, pois, à análise dos fatos da língua, como se ela estivesse fora das situações de interação, é

obscurer seu sentido mais amplo de condição mediadora das atuações sociais". Ainda a autora afirma que

A linguagem é o suporte, a mediação pela qual tudo passa de um indivíduo a outro, de um grupo a outro, de uma geração a outra. E é também o meio pelo qual se criam e se instauram os valores que dão sentido a todas as coisas, inclusive ao próprio homem. Ninguém pode, pois, reduzir a linguagem à questão menor de falar certo, de falar sem erro (ANTUNES, 2009, p. 22).

Com o surgimento da Sociolinguística, na década de 60 do século passado, reafirmou-se que a língua não é homogênea e que o meio social interfere diretamente na linguagem do indivíduo. O precursor dos estudos Sociolinguísticos, William Labov, pôde fixar um modelo de descrição e interpretação do fenômeno linguístico no contexto social³, conhecido como Sociolinguística Variacionista ou Teoria da Variação. Foi por meio de seus estudos que se pôde provar que a língua tem como característica a heterogeneidade. Dessa forma, a Sociolinguística surge como o ramo da Linguística que estuda a relação entre língua e sociedade. Os estudos sociolinguísticos desenvolvidos por William Labov (2008) foram fundamentais para o desenvolvimento do conhecimento da língua, uma vez que visavam destacar o papel dos fatores sociais na explicação da variação linguística, sendo esta o que constitui o objeto maior de estudo da Sociolinguística, considerando-se que a heterogeneidade da língua é passível de ser observada, descrita e analisada dentro do contexto social.

Além do mais, "a variação é governada por restrições linguísticas e não linguísticas, que são passíveis de descrição" (MOLLICA, 2015, p. 27). Para a autora, a Sociolinguística propõe analisar e estudar a língua quanto à sua heterogeneidade, correlacionando aspectos linguísticos e sociais. Essa concepção teórica possibilita entender a regularidade e sistematicidade no uso linguístico de qualquer falante, pressupondo a variação como um processo inerente a qualquer língua. Tarallo (2007, p. 6), por sua vez, diz que "a cada situação de fala em que nos inserimos e da qual participamos, notamos que a língua falada é, a um só tempo, heterogênea e diversificada".

Com isso, diante do fenômeno da variação, a escola não deve considerar apenas uma única variedade (padrão), fundamentada em prescrições normativas dos compêndios gramaticais, pois o uso de uma ou outra forma de expressão depende de diversos fatores. A língua não pode ser simplificada a fatos linguísticos isolados, pois seu uso ocorre em diversos contextos de produção e diferentes propósitos comunicativos. Além disso,

A língua não deve ser vista tão simplesmente, como uma questão de certo e errado, ou como um conjunto de palavras que pertencem à determinada classe e que se juntam para formar frases, à volta de um sujeito e de um predicado. A língua é muito

mais que isso. É parte de nós mesmos, de nossa identidade cultural, histórica e social. (ANTUNES, 2007, p. 22).

Nesse sentido, a língua não pode ser vista como um sistema fechado, imutável, mas sim heterogêneo, dinâmico e rico, pois por meio dela expressamos nossa identidade quer social e cultural, quer geográfica e etária. Ademais, a língua apresenta uma natureza transformadora, estando sujeita a mudanças. Portanto, ela precisa ser vista como “um processo de interlocução que se realiza nas práticas sociais existentes entre os grupos de uma sociedade, nos distintos momentos de sua história” (BRASIL, 1998, p. 23-24). Sabe-se que a escola, por privilegiar o ensino da gramática normativa encara como “erro” tudo que se desvia do padrão normativo. Com isso, o estudo de língua portuguesa “é quase sempre associado à noção de ‘certo’ e do ‘errado’, como se houvesse uma única possibilidade de utilização normal da língua” (CALLOU, 2014, p. 22). De acordo com essa visão mais hermética, a língua é vista como algo homogêneo.

O Ministério da Educação, com intuito de renovar o ensino, lançou em 1998, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a fim de oficializar propostas que contribuíssem de forma relevante para a organização dos currículos escolares e para a prática dos professores. No ensino de língua, houve o reconhecimento da variação como fenômeno inerente a qualquer língua, pois, até então, a escola tradicional negava a existência desse fenômeno como matéria de ensino, a ponto de corrigir aqueles que transgredissem os princípios estabelecidos por ela (BRASIL, 1998).

Segundo Bagno (1999), o reconhecimento da realidade linguística do país por parte das instituições oficiais encarregadas de planejar a educação trouxe, nesse âmbito, um grande avanço para o ensino de língua materna, já que passa a levar em conta a realidade linguística do aluno e o estudo acerca do funcionamento da língua, sem se desconsiderarem as origens e a cultura de cada um, levando-o a conhecer as diferentes variedades linguísticas a fim de combater o preconceito que existe contra aquelas menos prestigiadas.

A variação é constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis. Ela sempre existiu e sempre existirá, independentemente de qualquer ação normativa. Assim, quando se fala em 'Língua Portuguesa' está se falando de uma unidade que se constitui de muitas variedades. [...] Não existem, portanto, variedades fixas: em um mesmo espaço social convivem mescladas diferentes variedades linguística, geralmente associadas a diferentes valores sociais (BRASIL 1998, p. 29).

Isso significa que, por existirem diversas formas de manejo da língua, não há por que persistir em um trabalho apenas com uma das variedades: a norma-padrão. Vale salientar que as variações que ocorrem na língua não impedem a comunicação entre seus falantes, pois todos são usuários competentes da sua língua, que é constituída de um sistema de comunicação estruturado, complexo e

altamente desenvolvido. Devido a esse grau de complexidade do funcionamento da língua, não se pode persistir em estudos do sistema linguístico baseados apenas em regras e definições normativas prescritas na gramática tradicional⁴.

Na verdade, o ensino de língua pautado em categorias gramaticais e suas funções sintáticas, com prescrições de regras da variedade padrão, descontextualizadas do uso real, não se justifica, visto que, na prática discursiva, há muito mais do que itens e regras de gramática. Um mesmo indivíduo pode fazer diferentes usos da língua dependendo da situação comunicativa. Nesse sentido, se o falante estiver em um evento formal, discutindo assuntos científicos ou políticos, por exemplo, não seria cabível o uso de uma gíria, por não ser esta uma expressão adequada para essas ocasiões. No entanto, se está em casa com a família ou com os amigos, a fala informal é mais do que aceitável. A questão é, entre outros aspectos, a adequação da variedade linguística à situação de uso e ao público-alvo.

A esse respeito, os PCN (1998, p. 29) afirmam que “não se pode mais insistir na ideia de que o modelo de correção estabelecido pela gramática tradicional seja o nível padrão de língua ou que corresponda à variedade linguística de prestígio”, tendo em vista que não há variedade melhor ou pior, pois tanto a padrão como as demais são igualmente importantes para o ensino-aprendizagem. O que ocorre em qualquer língua são usos mais adequados ou menos adequados a uma situação de comunicação. Em relação a isso, os PCN (2008) apontam que

A questão não é falar certo ou errado, mas saber qual forma de fala utilizar, considerando as características do contexto de comunicação, ou seja, saber adequar o registro às diferentes situações comunicativas. É saber coordenar satisfatoriamente o que falar e como fazê-lo, considerando a quem e por que se diz determinada coisa. É saber, portanto, quais variedades e registros da língua oral são pertinentes em função da intenção comunicativa, do contexto e dos interlocutores a quem o texto se dirige. A questão não é de correção da forma, mas de sua adequação às circunstâncias de uso, ou seja, de utilização eficaz da linguagem: falar bem é falar adequadamente, é produzir o efeito pretendido (BRASIL 1998, p. 26).

Nesse sentido, não se pode considerar o uso de uma única variedade como correta, já que há outras formas a serem utilizadas dependendo do contexto. Compreende-se que não há certo ou errado no uso da língua, o que de fato existe é uma forma adequada ou inadequada de usar a linguagem. Desse modo, é importante que o usuário da língua conheça o padrão normativo, pois este continua sendo considerado a variedade de prestígio, tendo, inclusive, contextos próprios de uso. Contudo, isso não deve significar o desprezo às formas não padrão que cada aluno traz consigo do ambiente extraescolar, até porque o aluno, ao chegar à escola, já sabe falar bem a sua língua materna, sendo tal instituição a responsável por ampliar sua competência comunicativa a fim de que o usuário possa desempenhar-se nos diversos momentos de práticas sociais.

Com as pesquisas desenvolvidas sob o amparo da Sociolinguística, houve avanços significativos no ensino de língua, no entanto ainda há, nos manuais didáticos e nas gramáticas, um modelo ideal de língua que deve ser seguido. Segundo Antunes (2007), isso pode ser percebido quando se verifica o tratamento dado às variações linguísticas nos livros didáticos (LD). Neles, sobressai o preconceito linguístico contra as demais variedades. A autora afirma ainda que, nas atividades envolvendo o conteúdo de variação linguística, é comum a utilização de palavras fora da norma padrão para serem “corrigidas”. Segundo ela, a forma como a variação é tratada nos manuais didáticos deixa implícito “a ideia de que a outra é melhor” (ANTUNES, 2007, p. 108).

Um dos principais problemas encontrados nos livros didáticos é uma tendência a tratar da variação linguística em geral como sinônimo de variedades regionais, rurais ou de pessoas não escolarizadas. Parece estar por trás dessa tendência a suposição (falsa) de que os falantes urbanos e escolarizados usam a língua de um modo mais ‘correto’, mais próximo do padrão, e que no uso que eles fazem não existe variação (BAGNO, 2007, p. 15).

Nota-se que, para o autor, a forma como a variação tem sido apresentada nos livros didáticos deixa transparecer que há variação apenas na fala do nordestino, das pessoas que moram em zona rural ou mesmo das pessoas não escolarizadas, sendo que, na verdade, a variação existe em qualquer língua e independe da posição social do falante. O que se verifica é que o preconceito linguístico é decorrência de um preconceito social, conforme afirma Bortoni-Ricardo (2004, p. 34) os falantes “que são detentores de maior poder – e que por isso, gozam de maior prestígio – transferem esse prestígio para a variedade linguística que falam”. Assim, as variedades consideradas mais bonitas e até mais corretas são aquelas empregadas pelos grupos de maior poder político e econômico. Desse modo, o problema não está naquilo que se fala, mas em quem fala o quê.

De acordo com Antunes (2007), as atividades sobre a variação linguística, envolvendo as figuras Chico Bento, Luís Gonzaga ou Patativa do Assaré geralmente são abordadas com o objetivo de provocar humor, para mostrar que eles comentem “erros”. Para a autora, seria interessante que os livros didáticos expusessem esses autores “não para corrigi-los, não para apagar suas diferenças de expressão, mas para usufruir de suas criações, enriquecer nosso convívio, completar nosso encantamento” (ANTUNES, 2007, p. 10). A autora pontua também que os manuais didáticos devem apresentar as diferentes linguagens, não de forma pejorativa, mas como típicas da diversidade linguística do país.

Ao que parece, não basta apenas estabelecer parâmetros norteadores para o ensino de língua materna, sendo necessária a adesão dos docentes a tais propostas a fim de que se reconheça a realidade linguística do Brasil. Para Bagno (1999, p. 32), é fundamental que a escola e as demais instituições voltadas para a educação e cultura reconheçam a diversidade linguística do Brasil “para melhor planejarem

suas políticas de ação junto à população amplamente marginalizada dos falantes das variedades sem prestígio social”. Além disso, é preciso promover ações que colaborem para a transposição desses parâmetros para a prática. E é nesse sentido que diversos estudiosos como Bagno (2007), Bortoni-Ricardo (2004), Travaglia (2009), entre outros, defendem a importância do ensino de variação linguística quando se trata da educação em língua materna, uma vez que tal ensino desconstruiria o falso conceito em torno de uma suposta língua homogênea. Consoante os PCN de Língua Portuguesa, a escola precisa desconstruir os mitos referentes ao ensino de língua. Isso pode ser observado no seguinte trecho:

A escola precisa livrar-se de vários mitos: o de que existe uma forma 'correta' de falar, o de que a fala de uma região é melhor da que a de outras, o de que a fala 'correta' é a que se aproxima da língua escrita, o de que o brasileiro fala mal o português, o de que o português é uma língua difícil, o de que é preciso 'consertar' a fala do aluno para evitar que ele escreva errado (BRASIL, 1998, p. 31).

Callou (2014) corrobora o que é apregoado pelos PCN ao afirmar que

A gramática normativa, veiculada na escola, vê a língua como algo homogêneo, imutável, e é essa ideia que é passada no ensino em todos os níveis. O estudo de língua portuguesa é quase sempre associado à noção de 'certo' e 'errado', como se houvesse uma única possibilidade de utilização *normal* da língua (CALLOU, 2014, p. 15).

As citações acima deixam claro que o enfoque dado ao ensino de gramática nas aulas de língua portuguesa consiste em ensinar apenas uma única variedade da língua (a norma-padrão) com exclusão de todas as outras variedades. Nesse sentido, a língua é vista como homogênea e o ensino de nossa língua nativa se baseia nas noções entre certo e errado, por isso que diversos alunos afirmam não saberem nada de português. Tal ensino contribui para perpetuar o mito em torno da “unidade” do português brasileiro. De certa forma, as noções de “certo e errado” emergem tendo em vista a comparação das demais variedades com uma considerada padrão. Logo, havendo um padrão pré-estabelecido, não é estranho que se utilizem expressões como erro e acerto para qualificar outros usos, os quais não coincidam com os ditames da norma.

Nessa linha de raciocínio, o ensino de língua pautado unicamente na gramática tradicional contribuiu para gerar uma série de falsos conceitos e até preconceitos em relação à língua falada. Por isso, é comum ver os alunos usuários das variedades não padrão serem discriminados em razão da sua maneira de falar. Antunes (2009, p. 22) assevera que esse preconceito “tem trazido consequências desastrosas para a autoestima das pessoas (principalmente daquelas de meios

rurais ou de classes sociais menos desfavorecidas) e que tem se difundido, há séculos, os professores de língua”. Para que essa realidade seja transformada, é importante que a escola conheça e reconheça a realidade sociolinguística do seu aluno, levando-o a conhecer e a dominar a variedade que ele ainda não sabe.

Nesse sentido, a valorização da modalidade já dominada pelo aluno pode levá-lo a refletir sobre a capacidade linguística que ele já possui, aumentando a consciência de que sabe falar sua língua, mas que precisa saber mais sobre ela, que existe uma diversidade de formas de se expressar. Todo falante ao ingressar na escola, já adquiriu sua língua materna, ou seja, já internalizou as regras do sistema de sua língua, porque tem competência linguística. Isso significa que os alunos já sabem falar bem a sua língua materna, um conhecimento desenvolvido independentemente dos ensinamentos escolares. Nesse sentido, não se trata, então, de ensinar a língua materna ao aluno e, sim, de “ampliar a gama de seus recursos comunicativos para poder atender às convenções sociais, que definem o uso linguístico adequado a cada gênero textual, a cada tarefa comunicativa, a cada tipo de interação” (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 75). Portanto, trata-se de propiciar ao aluno o acesso pleno à variedade que goza de prestígio, a fim de que possa se expressar competentemente nas mais distintas situações comunicativas. Contudo, cabe esclarecer que isso não significa substituir uma variedade por outra, mas levá-lo a ampliar sua competência comunicativa.

A rigor, Travaglia (2009) entende ser importante que a escola ensine não apenas um tipo de variedade – a norma-padrão, mas também propicie aos alunos o trabalho com as demais variedades da língua a fim de que tenham o domínio da sua e das demais variedades, e saibam utilizar a mais adequada ao contexto de comunicação. Dessa forma, o ensino de língua portuguesa não teria como foco a prescrição de normas gramaticais apenas, mas o uso da língua nas diversas situações de comunicação, oral e escrita, sendo estas modalidades linguísticas distintas, permitindo ao aluno uma amplitude de conhecimento das variedades da língua portuguesa.

Antunes (2007, p. 106) concorda com Travaglia (2009) ao afirmar que “quanto maior a capacidade do falante de usar diferentes normas e de registros – do mais formal ao mais informal – tanto mais competente ele é”. Ora, se a escola pode proporcionar ao usuário da língua o conhecimento de outras variedades, não há porque limitá-lo a uma única variedade, a padrão. Assim, compete à escola, mas não unicamente, oportunizar ao aluno o contato com o maior número possível de textos diversificados, priorizando a leitura, a escrita, a narrativa e todas as outras formas de expressão, a fim de ampliar a competência linguística discente em produzir e compreender textos nas mais diversas situações de comunicação, já que diversos fatores interferem em suas escolhas. Nesse ponto, o professor é personagem relevante para habilitar o aluno a adequar a linguagem às mais diversas situações.

Vale ressaltar ainda que a escola deve propiciar ao aluno o acesso à variedade padrão, já que seu domínio constitui um fator fundamental na luta pela superação das desigualdades sociais, “seu domínio passou a ser necessário para obter acesso ao poder” (POSSENTI, 2012, p. 51). Contudo, isso não implica desconsiderar o ensino da variedade menos prestigiada, mas mostrar aos alunos

que as de menor prestígio não são "erradas" ou "inferiores", esclarecendo que a questão não é escrever ou falar "certo", mas saber adequar o uso da língua. Cabe ressaltar também que a escola tem o papel de criar oportunidades em que os alunos possam utilizar a linguagem de modo significativo, percebendo seu uso em diferentes esferas das atividades humanas.

Por fim, as instituições de ensino não podem se eximir (incluem-se aqui os professores) de possibilitar aos alunos o acesso à variedade de falares que coexistem no país, conscientizando-os de que as formas que cada uma traz são tão valiosas tanto quanto aquela ensinada na escola. Dessa forma, os alunos poderão conhecer a diversidade da sua língua, a fim de acolher as diferenças, com respeito aos indivíduos que as representam.

3 A Variação linguística no livro didático *Português linguagens* (6º ano)

Para atender ao objetivo desta pesquisa, elege-se o livro didático de Língua Portuguesa destinado ao 6º ano do Ensino Fundamental como objeto de investigação em relação à abordagem da questão variacional da língua. A escolha se deu pelo interesse em verificar a forma como tal manual didático aborda esse fenômeno linguístico, considerando que se trata de obra utilizada na série que inicia o segundo segmento do Fundamental. Tendo como base as discussões anteriores, serão analisados textos e tópicos do livro em questão com o objetivo de compreender como é pensada a variação linguística.

Constam na Unidade I, Capítulo 2 da Seção 4, intitulada "A língua em foco", páginas 41 a 53, a teoria e as atividades sobre o tema "Variação linguística". Tal capítulo é composto por seções intituladas "As variedades linguísticas", "Norma-padrão e variedades de prestígio", "Variação linguística e preconceito social", "Falar bem é falar adequadamente", "Tipos de variação linguística", "As variedades linguísticas na construção do texto" e "Semântica e discurso", conforme detalhado na sequência das análises. Serão essas seções o foco da análise a ser desenvolvida.

Para abordar o tópico "A língua em foco", que trata das variedades linguísticas, os autores Cereja e Magalhães (2014) introduzem o assunto com a tira, de Fernando Gonsales, conforme apresentado na Figura 1, a seguir:

A língua em foco

AS VARIEDADES LINGUÍSTICAS

CONSTRUINDO O CONCEITO

Leia a tira abaixo, de Fernando Gonsales.



(Folha de S. Paulo, 3/8/2007)

Figura 1 – Introdução à abordagem da variação

Fonte: Cereja e Magalhães (2014)

Na Figura acima, Cereja e Magalhães utilizam as falas dos personagens para introduzir o conceito de variação. Na tira, o papagaio, ao pronunciar as palavras *bicicleta* troca o L pelo R, o que causa estranhamento à mulher (suposta dona da ave), porquanto em sua fala, a ave não emprega o padrão normativo (normas), o que é considerado como erro segundo a gramática normativa. Ao falar *cardeneta*, a ave pronuncia o R juntamente com a primeira sílaba, quando deveria fazê-lo junto à segunda, já na palavra *cocrete* o R aparece na segunda sílaba, contudo deveria estar na primeira, segundo a norma-padrão. Por isso, ela decide devolvê-lo ao antigo dono, pois, de acordo com ela, o papagaio "fala tudo errado". Os autores utilizaram a tira de Fernando Gonsales para mostrar a diversidade linguística do Brasil.

Observa-se que os autores não trazem uma explicação sobre o fenômeno linguístico da troca de L pelo R, o que possivelmente geraria no aluno certo preconceito com relação a essa variedade que não está de acordo com o que apregoa o padrão normativo. Segundo Bagno (2007), a troca de L pelo R é um "equivoco" perfeitamente aceitável, já que, antes, a língua portuguesa fazia uso dessa troca, o que se constitui como uma tendência muito antiga do português, chamada de *rotacismo*. Em relação à palavra *cardeneta* e *cocrete*, a ocorrência de hipértese, fenômeno linguístico que desloca um fonema para uma sílaba diferente, também é bastante frequente na fala não monitorada, como se observa em exemplos de uso comum como *iorgute*, *largato*, etc.

Na verdade,

No passado, era comum considerar essas normas como invariantes, compartilhadas por todos os membros de uma comunidade de fala. No entanto, estudos mais detalhados do contexto social em que a língua é usada mostram que muitos elementos da estrutura linguística estão envolvidos em variação

sistemática que reflete tanto a mudança temporal quanto os processos sociais extralinguísticos (LABOV, 2008, p. 140).

Além disso, o preconceito linguístico em relação à fala do papagaio fica bastante evidente na tira, tanto que a mulher resolve devolver a ave ao antigo dono para evitar que pensem que ela fala como o papagaio. Ao fim da tira, o que se percebe é que o papagaio imita as palavras proferidas por seu antigo dono, o qual também utiliza uma variedade não padrão. Vale salientar que a fala empregada pela ave é estigmatizada pela mulher por ser empregada por pessoas que pertencem a camadas sociais marginalizadas, desprestigiadas e que não tiveram acesso à educação formal.

Como o exemplo ilustra um suposto "desvio" do que é considerado padrão, entende-se que os autores poderiam ter esclarecido que a fala estigmatizada na tira não significa falar errado, e que este fenômeno pode ser perfeitamente entendido se atentarmos para o fato de que as variações existem entre as classes sociais mais favorecidas e as menos favorecidas. Percebe-se, também, que a atividade está aquém ao que propõem os PCN, que entendem que "a variação é constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis" (BRASIL, 1998, p. 29). Obviamente, sabe-se que a questão do rotacismo talvez não seja a melhor forma de dar enfoque às distinções variacionais, já que o livro destina-se a alunos do 6º ano. De qualquer forma, entende-se como necessária a problematização da questão.

Na página 42, os autores do livro trazem um tópico intitulado "Conceituando", no qual definem que variedades linguísticas "são as variações que uma língua apresenta em razão das condições sociais, culturais e regionais nas quais é utilizada" (CEREJA e MAGALHÃES, 2014, p. 42). Após essa definição, reproduz-se um quadro, retirado do livro *O guia dos curiosos, sobre a diversidade linguística no Brasil e no mundo*, onde citam a existência de 6.700 línguas vivas. Vale ressaltar que este ponto é de suma importância, pois, a partir dele, pode-se explicar aos alunos que a língua portuguesa é composta de muitas variedades e que o português ensinado nas escolas constitui uma dessas variedades, conforme apontado nos PCN (BRASIL, 1998).

Nas páginas 42 e 43, o tópico continua com algumas informações sobre "Norma- padrão" e "Variedades de prestígio", e também sobre "Variação linguística" e "Preconceito social". O tópico inicia-se mostrando que a língua está sempre em mudança, em renovação, e isso faz com que palavras novas surjam e outras caiam em desuso. Para os autores do livro, a norma-padrão surgiu "para evitar que cada um use a língua a sua maneira" (CEREJA e MAGALHÃES, 2014, p. 42). Desse modo, norma- padrão "é uma referência, uma espécie de modelo ou lei que normatiza o uso da língua, falada ou escrita" (*Op. cit.*, p. 42). Dada a sua importância e seu prestígio social, tendo em vista que há ocasiões em que ela se faz necessária, a escola se propõe a ensiná-la.

Cereja e Magalhães (2014) esclarecem ainda que a norma-padrão não existe como uma língua de fato, tendo em vista que nenhuma pessoa consegue falar o português padrão em todos os momentos da vida. Ela se configura, então, como um

modelo que se utiliza em momentos de formalidade, especialmente escrita. Nesse ponto, o livro parece aderir aos pressupostos sociolinguísticos na medida em que adota a premissa de que a norma-padrão "não faz parte da língua, não corresponde a nenhum uso real da língua, constituindo-se mais como um modelo, uma entidade abstrata, um discurso sobre a língua, uma ideologia linguística" (BAGNO, 2007, p. 106). No mais, os autores definem as variedades urbanas de prestígio (ou norma culta) como uma das variedades da língua empregadas pelos falantes urbanos, mais escolarizados e de renda mais alta (CEREJA e MAGALHÃES, 2014).

No tópico "Variação linguística e preconceito social", Cereja e Magalhães (2014) esclarecem que, do ponto de vista linguístico, não há variedade linguística melhor ou mais correta do que outra. Segundo eles, o que faz uma variedade boa, ainda que seja diferente da norma-padrão, é a funcionalidade em termos comunicacionais com seus falantes. Eles ressaltam que as pessoas que não utilizam a variedade prestigiada socialmente serão vítimas de preconceitos; as maiores vítimas, nesse caso, são pessoas com baixo grau de escolaridade, que moram em regiões distantes dos grandes centros urbanos.

Vale salientar que os autores do livro didático em nenhum momento esclarecem que a variação linguística é um fenômeno inerente a qualquer língua e que as variações sistemáticas independem apenas de *status*⁵ ou posição social, ocorrendo "independente de qualquer ação normativa" (BRASIL, 1998, p. 29). Em outras palavras, não há tentativa de desenvolver mais aprofundadamente o tema, talvez por se pensar que um livro destinado à série inicial do segundo segmento do Ensino Fundamental não comporte certas especificidades. O fato é que "o comportamento linguístico muda rapidamente à medida que muda a posição do falante" (LABOV, 2008, p. 140).

Há, ainda na página 43, um *box* intitulado "Acesso às variedades de prestígio: questão de cidadania!", em que se julga o acesso a essas variedades como "um direito de todo o cidadão". Os autores afirmam que o acesso às variedades de prestígios tem sido um privilégio de poucos. Segundo eles, o conhecimento da norma-padrão e a apropriação de variedades de prestígio social possibilitam aos falantes lutar pelos seus direitos em pé de igualdade com os demais usuários. A esse respeito, Bagno (1999) resalta sobre a importância do acesso às variedades urbanas de prestígio, já que estas constituem um direito de todo cidadão, porém ele esclarece que ela deve ser ensinada, como uma variedade igual às outras, mas que desfruta de um prestígio social diferente, justamente por ser manejada, de certa forma, pela classe dominante. Dessa forma, compreende-se que, de fato, a escola é o lugar de ensino do padrão. Aliás, aqui não questionamos isso, mas a forma de condução do ensino da norma em desconsideração das demais existentes que, por sinal, são igualmente funcionais.

Na apresentação do tópico "Falar bem é falar adequadamente", Cereja e Magalhães (2014) utilizam a tira de Adão Iturrusgarai para explicar o conceito de adequação e inadequação, exemplificado a questão por meio das vestimentas dos personagens da tira, conforme apresentado na Figura 2 abaixo:

Falar bem é falar adequadamente

Leia esta tira, de Adão Iturrusgarai:



(Folha de S. Paulo, 13/8/2005.)

Figura 2 - Adequação e inadequação

Fonte: Cereja e Magalhães (2014)

Na Figura 2, percebe-se que a roupa utilizada pelo personagem Zezo para ir a um casamento não estava adequada à ocasião, por isso causou estranhamento aos pais. Os autores utilizam a tira a fim de expor, por analogia, que falar uma língua é parecido com vestir-se: assim como existe uma roupa adequada para cada situação, há também uma variedade linguística adequada ao momento comunicativo. Portanto, em uma conversa com um colega ou com um amigo, a pessoa fala de um modo, se expressa de uma forma e, quando o mesmo assunto for falado com uma autoridade, seu jeito de comunicar é diferente.

À vista disso, cabe ao falante utilizar-se da adequação da linguagem mediante o contexto no qual esteja inserido. A tira apresentada é interessante, pois permite mostrar aos alunos que todo falante conhece e domina alguma variedade, contudo, na escola, eles têm a oportunidade de conhecer e se apropriar da variedade linguística de prestígio. Ao final do tópico, os autores ressaltam que “todas as variedades linguísticas têm seu valor e sua importância. Mas saber usar bem uma língua significa saber empregar a variedade linguística mais adequada a cada situação” (CEREJA e MAGALHÃES, 2014, p. 44). Ainda na página 44, os autores do livro abordam os “Tipos de variação linguística”⁶, tópico que se subdivide em a) “diferenças de lugar ou região”; b) “escolaridade e classe social”; c) “diferenças históricas”; d) “oralidade e escrita”; e) “formalidade e informalidade: graus de monitoramento” e f) “gíria”. Nessa proposta, Cereja e Magalhães (2014) explanam de forma concisa sobre os tipos de variação da língua e citam alguns fatores que contribuem para a ocorrência desse fenômeno, como o geográfico. Para exemplificar esse tipo de variação, os autores do livro utilizam uma tira de Mauricio de Sousa. Vide a Figura 3, a seguir:

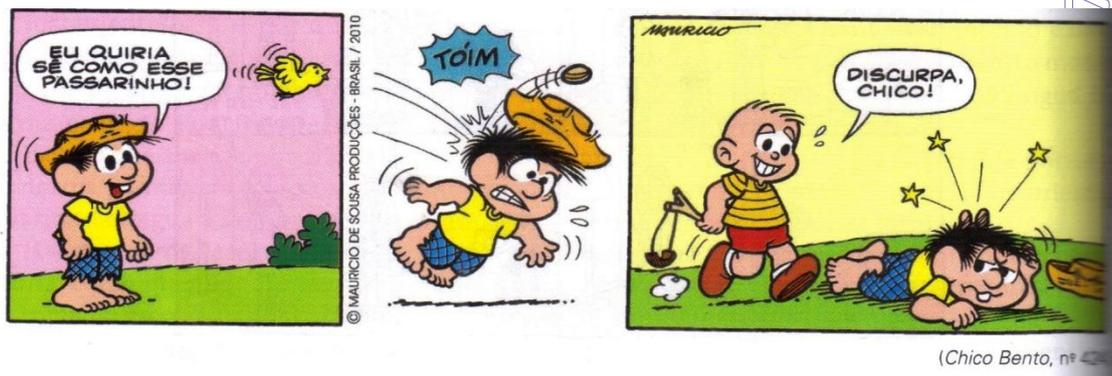


Figura 3 - A questão variacional
 Fonte: Cereja e Magalhães (2014)

Na Figura acima, os autores propiciam uma reflexão acerca da variação geográfica e explicam as formas que a língua assume nas diferentes regiões em que é falada. Essa variação, assim como as demais, ocorre porque as línguas não são uniformes. Nesse sentido, a língua pode sofrer mudanças de acordo com a época, o ambiente, a cultura e a classe social a que pertencem os falantes, entendendo social como os "traços da língua que caracterizam vários subgrupos numa sociedade heterogênea" (LABOV, 2008, p. 313). Além da diferença regional, há também diferença na pronúncia das palavras, de vocábulos, conforme apresentado pelo personagem Chico Bento na tira de Maurício de Sousa. Os autores explicam que a fala do personagem (Chico Bento) no 1º quadrinho está presente na linguagem da maior parte dos brasileiros, pois é comum dizer "quiria", "sê" em vez de "queria" e "ser".

Continuando esse raciocínio, em "quiria", observamos que a vogal /e/ foi realizada como /i/. Isso não é um traço privativo do falar rural, pelo contrário, em praticamente todas as manifestações orais do português brasileiro, vemos que as vogais médias /e/ e /o/ são reduzidas para /i/ e /u/ em sílabas átonas. No caso do "sê" no lugar do ser, em todas as regiões do Brasil, o /r/ pós-vocálico, independentemente da forma como é pronunciado, tende a ser suprimido, especialmente nos infinitivos verbais (corrê, almoçá, sorri etc.). Quando suprimimos a consoante, alongamos a vogal final e damos mais intensidade a ela. Os autores afirmam, também, que a palavra "discurpa", apresentada pela personagem no 3º quadrinho, é comum na fala de pessoas que moram na zona rural. Verifica-se também o rotacismo, observado na pronúncia da palavra "discurpa", que é tendência de substituição do /l/ pelo /r/ com o uso das consoantes como marca do falar rural. Cabe salientar que muitas destas mudanças são decorrentes da própria evolução da língua, mas nossa maior preocupação é a estigmatização social de formas linguísticas, considerando que "o estereótipo social é um fato social, parte do conhecimento geral dos membros adultos da sociedade. Isso é verdade mesmo quando estereótipo não corresponde a nenhum conjunto de fatos objetivos" (LABOV, 2008, p. 360).

Na sequência, na página 45, os autores tratam das variações ocasionadas pela “Escolaridade e classe social”, citando os exemplos das palavras “bicicreta”, “cocrete” e “cardeneta”, todos abordados na tira de Fernando Gonsales, na página 41, como variações decorrentes do baixo grau de escolaridade dos falantes. Para falar sobre “diferenças históricas”, os autores recorrem a versos de uma cantiga de roda a fim de mostrar que a língua sofre variações com o passar do tempo. Segundo eles, as palavras “vintém” e “toleironas” são exemplos de vocábulos que caíram em desuso, em razão de uma provável variação diacrônica da língua.

Nesse sentido, seria bom que os autores ressaltassem que a mudança que ocorre na língua não parou, mas que ela continua se transformando e que, no futuro, ela pode ser tão diferente quanto hoje. Seria interessante solicitar aos alunos que conversem com pessoas mais velhas a fim de que tragam expressões que caíram em desuso e as que são utilizadas pelos jovens hoje. Há também um *box* abordando as diferenças lexicais entre o português falado na Ilha da Madeira e o falado no continente. Os autores apresentam palavras e expressões madeirenses e seus respectivos significados. Percebe-se que o livro didático se limita à comparação de vocabulários e expressões.

Ainda na página 45, os autores tratam do tópico “Oralidade e escrita”, esclarecendo as diferenças entre ambas, ressaltando que, na língua oral, são comuns repetições, problemas de concordância, quebra de sequências. Sendo a oralidade mais espontânea, são comuns expressões como “né”, “tá”, “entendeu”, “hum...”, entre outras. Já que a língua escrita é mais monitorada, existe a possibilidade de escolha de palavras, o que permite correções. Porém, os autores afirmam que as diferenças entre oralidade e escrita têm diminuído, pois muitos falantes já dominam a leitura e a escrita. Eles afirmam também que a internet tem contribuído para isso, já que os textos de e-mails, *facebook*, embora escritos, aproximam-se da língua falada.

O alto prestígio que a linguagem escrita adquiriu, no decorrer do tempo, por parte da sociedade, fez com que a fala fosse considerada como a prática em que ocorre o erro. Marcuschi (2010) atribui essa discriminação ao fato de a fala ser adquirida naturalmente, no dia a dia, enquanto a escrita é adquirida formalmente, por meio da escola. Isso pode ter dado à escrita certo prestígio, e não o fato de ela ser melhor do que a fala.

De mais a mais, os autores do LD não esclarecem que a escrita não é uma fiel representante da fala, visto que ninguém se serve da língua na sua forma escrita da mesma forma que o faz quando oralizada, ou seja, não se escreve do mesmo modo que se fala, até porque a escrita não dispõe de vários elementos como entonação, gesticulação, etc. Ao abordar o tópico “Formalidade e informalidade: graus de monitoramento”, na página 46, Cereja e Magalhães (2014) esclarecem sobre a importância do monitoramento do indivíduo em determinada situação, quando deve optar por adotar uma linguagem formal ou informal. É possível perceber que a linguagem presente no e-mail é informal, conforme apresentado na Figura 4:

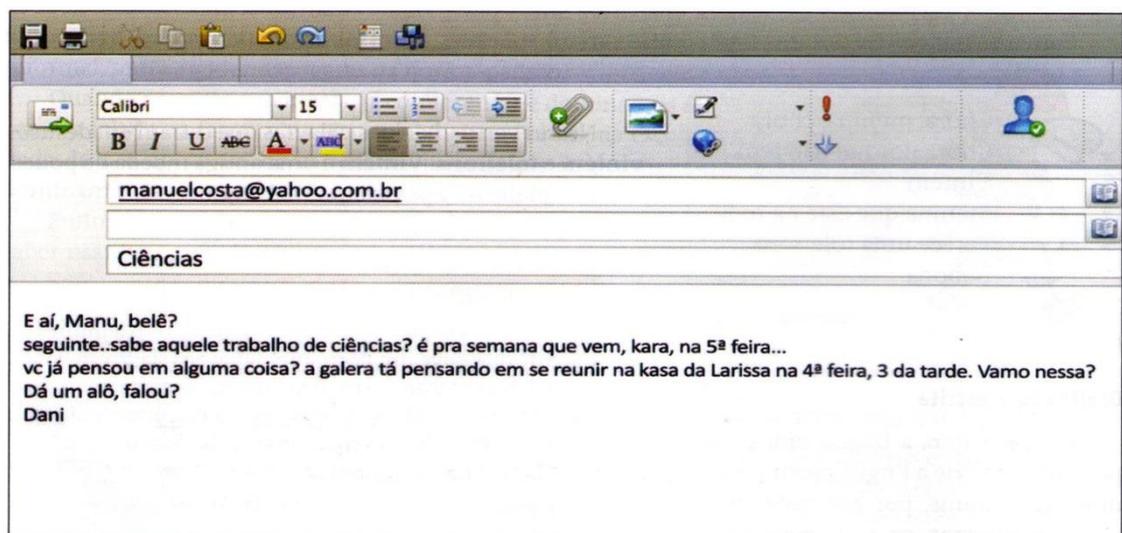


Figura 4 - Questões de formalidade e informalidade

Fonte: Cereja e Magalhães (2014)

O e-mail acima está repleto de marcas de oralidade, com utilização de grafia própria de textos que circulam na internet, gírias. Esses indicadores são típicos da linguagem informal. O emprego de palavras reduzidas, como "Manu", "belê", "pra", "tá", de gírias como "galera", "kara", entre outras expressões como "aí", "casa" e "alô", indica haver intimidade entre os interlocutores e, por isso, eles fazem uso de uma linguagem informal. O e-mail aparenta ser, pois, no caso da Figura 4, um ambiente escrito que permite despojamento linguístico típico da oralidade, o que, com efeito, aproxima meios distintos e peculiares: o oral e o escrito.

Ainda na página 46, os autores abordam brevemente as gírias. Segundo eles, determinados grupos sociais, como jogadores de futebol, esquetistas, policiais, funkeiros, estudantes, empregam na fala palavras e expressões que lhe são próprias. As gírias são, portanto, uma das variedades linguísticas da língua portuguesa. Preti (1984) assevera que o aparecimento da gíria como um fenômeno restrito é decorrente da dinâmica social e linguística inerente às línguas. A gíria, então, caracteriza-se como um vocabulário especial, sendo considerada um signo de grupo, a princípio secreto, de domínio exclusivo de uma comunidade social restrita.

Além disso, a gíria pode ser analisada sob todos os aspectos da variação, já que muda conforme a região do falante, conforme o contexto social, a idade e o sexo. Elas geralmente são criadas por um grupo social ou profissional que, por sua expressividade, pode desaparecer rapidamente ou se estender a todas as camadas sociais. Os autores exibem um *box* intitulado "Gírias antigas", onde são apresentadas algumas expressões utilizadas por pessoas mais velhas.

Já no início da página 47, no texto intitulado "Qual é a sua tribo?", Cereja e Magalhães (2014) discorrem sobre o quanto a linguagem revela sobre cada um de nós. Vide a Figura 5, a seguir:

Qual é a sua tribo?

A linguagem revela mais do que pensamentos e sentimentos. Revela também quem somos socialmente, isto é, nossa posição social, nosso grau de escolaridade, nossa timidez ou agressividade, nosso gosto cultural, o grupo ou a tribo de que fazemos parte — enfim, pela linguagem mostramos nossa forma de ser e de ver o mundo. Por isso, a língua que falamos pode tanto nos abrir quanto nos fechar portas socialmente. Na tira abaixo, por exemplo, palavras e expressões como “estamos ligados”, “só!”, “mó feliz”, “10 paus” contribuem para caracterizar as personagens: jovens que se consideram “descolados” e, por isso, incorporam a gíria em sua linguagem cotidiana.



(Angeli. *Sangue bom*. São Paulo: Devir/Jacarandá, 2000. p. 37.)

Figura 5 - A linguagem e a tribo

Fonte: Cereja e Magalhães (2014)

Os autores fazem uso da tira de Angeli para destacar que a linguagem varia conforme o grupo de pessoas que a usa. Ela deixa ver de onde somos. Na verdade, a língua é a identidade do falante. Por meio dela, revelamos a que classe social pertencemos, o lugar de origem, o grupo social, o gosto cultural. Na tira, os personagens fazem uso de gírias, expressões muito utilizadas por jovens. Na página 52, os autores iniciam com um *box* intitulado “Salve o pernambriquês e o cearencês!”, no qual são apresentadas algumas expressões e seus significados, usados na região Nordeste. Na sequência, inicia-se o capítulo intitulado “As variedades linguísticas na construção do texto”. Nessa etapa, os autores sugerem a leitura de uma anedota conforme apresentado na Figura 6, a seguir:

AS VARIEDADES LINGUÍSTICAS NA CONSTRUÇÃO DO TEXTO

Leia esta anedota:

O gerente de vendas recebeu o seguinte fax de um dos seus novos vendedores: 'Seo Gomis o criente de Belzonte pidiu mais cuatrucenta pessa. Faz favor toma as providenssa, Abrasso, Nirso.' Aproximadamente uma hora depois, recebeu outro: 'Seo Gomis, os relatório di venda vai xega atrazado proque to fexando umas venda. Temo que manda treis miu pessa. Amanhã tô xegando. Abrasso, Nirso.' No dia seguinte: 'Seo Gomis, num xeguei pucausa de que vendi maiz deis miu em Beraba. To indo pra Brazilha. Abrasso, Nirso.' No outro: 'Seo Gomis, Brazilha fexo 20 miu. Vo pra Frolinoplis e de lá pra Sum Paulo no vinhão das cete hora. Abrasso, Nirso.' E assim foi o mês inteiro. O gerente, muito preocupado com a imagem da empresa, levou ao presidente as mensagens que recebeu do vendedor. O presidente, um homem muito preocupado com o desenvolvimento da empresa e com a cultura dos funcionários, escutou atentamente o gerente e disse: – Deixa comigo, que eu tomarei as providências necessárias. E tomou. Redigiu de próprio punho um aviso e afixou no mural da empresa, juntamente com as mensagens de fax do vendedor: 'A parti de oje nois tudo vamo fazê feito o Nirso. Si priocupá menos em iscrevê serto, mod vendê maiz. Acinado, O Prizidenti.'



(Disponível em: <http://m.piadasnet.com/?url=http%3A%2F%2Fwww.piadasnet.com%2Fpiadas-de-caipiras.htm#2776>. Acesso em: 15/07/2013.)

Figura 6 - As variedades linguísticas e o texto

Fonte: Cereja e Magalhães (2014)

O texto chama a atenção para fato do preconceito linguístico, quando o gerente, preocupado com a imagem da empresa, resolve levar ao presidente as mensagens recebidas do vendedor. Em face de as palavras utilizadas por ele estarem em desacordo com a variedade padrão da língua, os autores afirmam que, de fato,

As variações da língua frequentemente são motivo de preconceito. Pessoas de baixa escolaridade, ou vindas do interior ou de regiões distantes dos grandes centros urbanos podem ser ridicularizadas ou inferiorizadas por falarem uma variedade diferente daquelas prestigiadas socialmente (CEREJA e MAGALHÃES, 2014, p. 43).

No texto, o preconceito é gerado por meio da ocorrência da variação, já que o gerente não se identifica com a variedade linguística falada pelo vendedor. O autor do texto contido na Figura 6 faz uso dessas diferenças para criar o humor, no entanto sabemos que o preconceito linguístico é algo arraigado em nossa sociedade e não possui fundamentos científicos. A discriminação apresentada no texto é uma realidade vivida por muitas pessoas em nosso país. O preconceito tem como alvo as pessoas que fazem uso das variedades consideradas estigmatizadas.

Esse juízo de valor parte de pessoas que não têm conhecimento específico acerca da linguagem e que, certamente, desconhecem os fatores internos e externos da fala, os quais podem ter influenciado o processo comunicativo.

Na página 51, o tópico “Semântica e discurso” inicia-se com uma notícia publicada no *site* da Rádio e Televisão de Portugal (RTP), em 02/10/2003. Eis a Figura 7, a seguir:

SEMÂNTICA E DISCURSO

A notícia a seguir foi publicada no *site* da Rádio e Televisão de Portugal (RTP), em 2/10/2013. Leia-a.

Futebolista Marquinhos admite possibilidade de representar seleção portuguesa

Lisboa, 02 out (Lusa) – O futebolista brasileiro Marquinhos, autor de um dos golos da vitória por 3-0 do Paris Saint-Germain frente ao Benfica, na segunda jornada do grupo C da Liga dos Campeões, colocou hoje a hipótese de representar a seleção portuguesa.

“Tenho nacionalidade portuguesa, tenho dupla nacionalidade, brasileira e portuguesa. Tudo tem de ser estudado, de ser analisado com o meu empresário e com a família. Se o convite [para seleção portuguesa] vier, por que não? Vou ficar muito honrado e feliz”, respondeu à SportTV quando questionado sobre a possibilidade de vir a naturalizar-se.

Marquinhos confessou ainda que teve vergonha de pedir a camisola a um dos seus ídolos, o benfiquista Luisão, e destacou a dificuldade da vitória do PSG sobre o Benfica.

“A vitória pareceu ser fácil, mas não foi. Dentro de campo tivemos de nos impor, de lutar. Só nós sabemos o que lutámos dentro de campo”, garantiu.

O Benfica foi hoje derrotado por 3-0 pelo PSG, no Parque dos Príncipes, em Paris, em jogo da segunda jornada do Grupo C da Liga dos Campeões.

AMG // NF

(Disponível em: <http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=685024&tm=44&layout=158&visual=49>. Acesso em: 2/9/2013.)

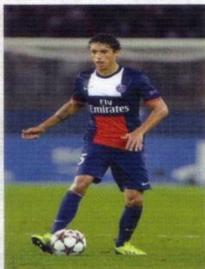


Figura 7 - A questão semântica

Fonte: Cereja e Magalhães (2014)

Os autores do livro fazem uso do texto a fim de demonstrar às diferenças entre os vocábulos em uso no Brasil e em Portugal, embora ambos os países manejem a língua portuguesa como idioma oficial. É possível perceber que o foco principal é mostrar algumas palavras utilizadas em Portugal, as quais têm um significado diferente no Brasil, por exemplo: “camisola”, “golos” e “futebolista”. Para finalizar o tópico, os autores apresentam um *box* com outras expressões utilizadas em Portugal, as quais têm significados totalmente diferentes do Brasil, conforme apresentado na Figura 8, abaixo:

5. Faz mais de quinhentos anos que a língua portuguesa foi trazida pelos portugueses ao Brasil. De lá para cá, muitas mudanças ocorreram na língua dos dois países; às vezes, temos até a impressão de que falamos línguas diferentes. Veja algumas palavras usadas no Brasil e suas correspondentes em Portugal:

Brasil	Portugal
ônibus	autocarro
abridor de garrafas	tira-cápsula
aeromoça	hospedeira
café da manhã	pequeno almoço
chiclete	pastilha elástica

Filmes em Portugal

As diferenças entre o português brasileiro e o lusitano também se refletem nos nomes dos filmes. Veja algumas delas:

<i>A bela e a fera</i>	<i>A bela e o monstro</i>
<i>Arquivo X</i>	<i>Ficheiros secretos</i>
<i>O gordo e o magro</i>	<i>Bucha e estica</i>
<i>O professor aloprado</i>	<i>O professor chanfrado</i>
<i>Querida, encolhi as crianças</i>	<i>Querida, encolhi os miúdos</i>

Fonte: Marcelo Duarte. *Guia dos curiosos — Língua portuguesa*. São Paulo: Panda, 2003. p. 60.



Figura 8 - Semântica e léxico

Fonte: Cereja e Magalhães (2014)

Na Figura 7, assim como na Figura 8, são apresentadas algumas palavras utilizadas no Brasil e que possuem um significado diferente em Portugal. Percebe-se que os autores Cereja e Magalhães (2014) apontam apenas as diferenças semânticas entre os vocábulos de ambos os países, não problematizando a questão variacional, o que prejudica o tratamento da variação linguística nesse tópico, em razão da limitação ao comparativo lexical do português brasileiro e do português europeu, sem aprofundamento nas questões mais importantes para o ensino no Brasil. Bagno (2007) ressalta que o léxico e o sotaque devem ser abordados nos manuais didáticos como fenômenos de variação linguística, no entanto seria interessante que os autores dessem mais enfoque as variações morfosintáticas, a fim de mostrar os usos diferenciados que cada grupo social faz dos recursos gramaticais da língua.

4 Considerações finais

Apesar dos avanços significativos entre o ensino de língua e a abordagem da variação linguística no livro didático estudado a partir dos PCN, pode-se perceber que ainda há uma incoerência nas atividades propostas pelo manual em relação ao que é estabelecido pelos Parâmetros Curriculares Nacionais. Os autores, William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães, embora reconheçam as variações presentes na nossa língua e abordem a discussão em sua obra, ainda o fazem de forma superficial, já que seus exemplos não são acompanhados de uma aplicabilidade efetiva.

Verifica-se ainda que os conteúdos envolvendo a variação linguística no livro didático, restringem-se, em sua maioria, à variação lexical, às alterações na ortografia, à identificação das variedades empregadas e à transferência para a variedade de prestígio, deixando de contemplar aspectos importantes sobre a língua, considerando que a língua não é um sistema imutável de conceitos e leis combinatórias, mas um processo dinâmico em construção e reconstrução contínuas. Nesse sentido, é importante deixar claro, nos manuais didáticos, que a

língua varia tanto quanto a sociedade varia, que existem diversas formas de dizer a mesma coisa e que todas correspondem a usos diferenciados e eficazes nas diversas situações comunicativas.

Nesse sentido, os autores, embora afirmem que os modos de uso da língua podem gerar preconceitos, não apresentam, no livro, propostas que contemplem o combate ao preconceito linguístico e como lidar com ele. Torna-se imprescindível desmitificar as questões em torno do ensino da língua portuguesa, tais como de que o brasileiro não sabe português, de que português é muito difícil, de que as pessoas sem instrução falam tudo errado ou de que é preciso saber gramática para falar e escrever bem. Dessa forma, verifica-se que a variação linguística é concebida no manual didático *Português Linguagens* de forma superficial, cuja ênfase é dada ao ensino da norma-padrão sendo, portanto, um ensino que não amplia a competência linguística do aluno. Fica confirmada, pois, a hipótese aventada no trabalho.

Assim sendo, é necessário que a escola tenha consciência das diversas variedades da língua, do valor social que manifestam as formas em variação a fim de adotar uma atitude linguística acerca do ensino de língua materna, visando a criar condições para a formação de cidadãos críticos, capazes de atuar com competência comunicativa na sociedade em que vivem. Se assim o for, os próprios professores poderão trabalhar no sentido de sanar lacunas deixadas pelo livro didático utilizado em sala de aula.

Notas

¹ Este trabalho é um recorte de pesquisa desenvolvida no Instituto Federal Fluminense, a partir da qual se apresentam os principais resultados obtidos na análise.

² Segue-se o entendimento de Monteiro (2002), segundo o qual a Macrossociolinguística trata das relações entre a sociedade e as línguas como um todo, de forma geral, não havendo preocupação com testes estatísticos, o que caberia à Microssociolinguística.

³ Em 1963, com a publicação de um trabalho sobre a comunidade da ilha de Martha's Vineyard em Massachusetts (EUA) e, mais tarde, em 1964, na cidade de Nova York, com o estudo da estratificação social do inglês falado.

⁴ Para fins deste trabalho, considera-se gramática tradicional como expressão sinônima de gramática normativa.

⁵ Consideramos o conceito de *status* a partir do entendimento de Labov (2008, p. 328), segundo o qual "o *status* social de um indivíduo é determinado pelas reações subjetivas de outros membros da sociedade".

⁶ Sobre a terminologia científica das variações (diatópica, diastrática, diacrônica, diamésica e diafásica), cf. Bagno (2007).

ANTUNES, Irandé. *Língua, texto e ensino: outra escola possível*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

_____. *Muito Além da gramática: por um ensino de língua sem pedras no caminho*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BAGNO, Marcos. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

_____. *Preconceito Lingüístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 1999.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa*. Brasília, DF: MEC, 1998.

CALLOU, Dinah. Gramática, variação e normas. In: VIEIRA, Sílvia Rodrigues; BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. *Ensino de Gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2014.

CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: Uma introdução crítica*. 4. ed. São Paulo: Parábola, 2002.

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. *Português linguagens: 6º ano*. São Paulo: Atual, 2014.

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MOLLICA, Maria Cecília. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, Maria. Cecília; BRAGA, Maria. Luiza. (orgs.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2015.

MONTEIRO, José Lemos. *Para compreender Labov*. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

POSSENTI, Sírio. Gramática e Política. In: GERALDI, João Wanderlei (org.). *O texto na sala de aula*. São Paulo: Anglo 2012.

PRETI, Dino. *A gíria e outros temas*. São Paulo: Edusp, 1984.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 2007.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. *Metodologia da Pesquisa*. 2. ed. Curitiba: IESDE Brasil S/A, 2010.

TRAVAGLIA, Luis Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática*. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

Para citar este artigo

KUROSAWA, Yuri da Silva; OLIVEIRA, Thiago Soares de. A variação linguística e sua abordagem no livro didático de língua português. *Miguilim – Revista Eletrônica do Netlli*, Crato, v. 7, n. 3, p. 663-686, set.-dez. 2018.



Os autores

Yuri da Silva Kurosawa é especialista em Literatura, Memória Cultural e Sociedade pelo Instituto Federal Fluminense e licenciada em Letras pela Universidade do Estado do Pará. Docente da Rede Privada de Ensino.

Thiago Soares de Oliveira é doutor em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Atualmente é Professor da Licenciatura em Letras (Português e Literaturas de Língua Portuguesa) do Instituto Federal Fluminense - IFF e Coordenador da Especialização em Literatura, Memória Cultural e Sociedade.